

Rosso pede convocação de Levy para esclarecer condução da política econômica

O líder do PSD, deputado **Rogério Rosso (DF)** apresentou, na sexta-feira (2), requerimento solicitando a convocação do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para prestar informações aos parlamentares sobre a elevação da taxa de juros, retração da produção industrial, aumento do desemprego e da condução política econômica do país.

Rosso afirmou que os esclarecimentos do ministro são necessários porque, desde o início de 2015, quando foi alterada a condução da política econômica brasileira, os resultados alcançados deixaram a desejar. “A taxa básica de juros subiu, foram retirados incentivos e houve aumento de impostos. A indústria de transformação sofreu queda de mais de 8%



Deputado Rogério Rosso (DF)

e a taxa de desemprego já passa dos 7,5%.”

Para o parlamentar, ao mesmo tempo em que se fala na necessidade de aumentar a receita, o país assiste à explosão no pagamento de

juros nominais pelo governo federal. “De janeiro a agosto de 2013, os juros pagos pelo governo foram de R\$ 126 bilhões. No mesmo período de 2015, esse valor subiu para R\$ 277 bi. Com isso, a dívida bruta saltou de 58,9% do PIB, em dezembro de 2014, para 65,3% em agosto desse ano, o que aumenta a desconfiança do mercado internacional.”

Rosso argumentou ainda que, sem reação da economia, há forte queda nas receitas do próprio governo. “A redução foi de quase 9% em agosto, segundo dados da Secretaria da Receita Federal, com impacto negativo também nos estados, Distrito Federal e municípios. Diante desse quadro, a convocação do ministro se faz mais do que necessária”, concluiu.

Mitidieri defende modificação na Lei Pelé para que clubes voltem a investir nas categorias de base



Deputado Fábio Mitidieri (SE)

Em audiência pública realizada, na quinta-feira (1º), pela comissão especial de Reformulação da Lei do Esporte, o deputado **Fábio Mitidieri (SE)** defendeu modificações na Lei

Pelé (9.615/98), para que os clubes de futebol voltem a investir na formação das categorias de base. Segundo o parlamentar, a falta de estímulo a esse segmento é uma das razões da queda na qualidade dos atletas.

“Os clubes dizem que não querem mais investir em categorias abaixo dos 15 anos. O que acontece com isso? Revelamos cada vez menos atletas. Se por um lado o número de jogadores brasileiros que vão para o exterior aumentou, por outro, a qualidade diminuiu, e esse é um aspecto que deve ser considerado nessa reformulação da lei, para que o futebol brasileiro saia dessa dificuldade”, ponderou o parlamentar.

A Confederação Brasileira de Fu-

tebol (CBF) foi uma das entidades ouvidas. Segundo explicou seu representante, Erasmo Damiani, a Lei Pelé permite o trabalho profissional de formação dos atletas a partir dos 14 anos de idade, dois anos a mais do que os países europeus e a maioria dos países com tradição no futebol.

“O que a CBF defende é que nossa legislação se adeque às normas da FIFA, que estabelece a idade mínima de 12 anos para o contrato de formação. Por conta da regra atual, ficamos dois anos defasados em relação a outras confederações, justamente nesse processo de formação que é fundamental para o aperfeiçoamento dos atletas que no futuro terão sucesso nas competições.”

MP 680: emenda de Irajá fortalece acordos coletivos

A comissão mista que analisou a Medida Provisória 680/15, que instituiu o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), aprovou seu relatório, na quinta-feira (1º). Emenda do deputado **Irajá Abreu (TO)**, incorporada ao texto, garantiu que acordos coletivos prevaleçam sobre determinações contidas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), desde que não contrariem a Constituição; as convenções assinadas pelo Brasil com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as normas de higiene, saúde e segurança do trabalho.

“Essa emenda garantiu que os acordos celebrados tanto por sindicatos dos trabalhadores, como dos empregadores sejam cumpridos. Há um grande passivo na justiça do trabalho devido à burocratização de nossa legislação, que está engessada à CLT. O objetivo dessa emenda é atualizar a lei e fazer prevalecer a vontade de





Deputado Irajá Abreu (TO)

empregados e empregadores.”

Irajá destacou que a aplicação da medida pode ajustar rotinas, além de reduzir o número de ações trabalhistas. “Sabemos que o funcionário doméstico, por exemplo, exerce suas atividades no regime CLT, ou seja, deve cumprir jornada de oito horas por dia, com até duas horas extras. A lei não permite que

ele extrapole essa carga, mas se for acordado entre os sindicatos da categoria e o empregado tiver interesse, será possível a ele aceitar e ser remunerado por isso. Ao prevalecer os acordos, poderemos resolver problemas simples sem a necessidade de contratar advogados ou avocar a justiça do trabalho.”

De acordo com o relatório, as empresas que aderirem ao Programa de Proteção ao Emprego poderão reduzir a jornada de trabalho e a remuneração de seus empregados em 30%. Em contrapartida, não poderão demití-los sem justa causa por até 32 meses. O prazo para aderir ao programa foi prorrogado de 12 para 24 meses, até de 31 de dezembro de 2016. Instituições com cotas para trabalhadores com deficiência terão prioridade.

O texto segue para análise do Plenário da Câmara.  

Parecer de Herculano beneficia pescadores artesanais

Com parecer pela rejeição à proposta que proíbe a fabricação, comercialização e utilização de redes de pesca com malha inferior a cinco centímetros (PL 206/15), o deputado **Herculano Passos (SP)**, vice-líder do PSD, beneficiou pescadores artesanais. O relatório foi aprovado, na quarta-feira (30), por unanimidade, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC).

“A intenção do projeto, em defesa do meio ambiente, é bastante salutar, mas não podemos atrapalhar a vida desses pescadores, ainda mais em um momento de crise econômica como o que estamos vivendo. São famílias que dependem dessa atividade econômica para se

alimentar e para se sustentar financeiramente. Jamais apresentaria um parecer para prejudicá-los.”


Herculano destacou não ver necessidade de estabelecer uma lei para o tema, uma vez que o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) são responsáveis por estabelecer normas e regras para o setor.

“Determinar que os nós da malha da rede sejam de cinco centímetros é desempregar muita gente. Esses pescadores já utilizam redes ainda menores de 5, 10 e 20 milímetros para pesca de camarões, sardinhas e mariscos. Para a questão ambiental, já temos órgãos como o Ministé-



Deputado Herculano Passos (SP)

rio da Pesca e o Ibama.”

A proposta tramita em caráter conclusivo e segue para análise da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR). 

EXPEDIENTE

PSD - Partido Social Democrático

Líder do PSD: Rogério Rosso (DF)

Chefe de Gabinete: Fábio Almeida

Editora-Chefe: Danielle Arouche


Redatora: Raquel Sacheto


Diagramação: Jorge Ribeiro

Revisão: Rogério Oliveira

Fotografia: Heleno Rezende e Cláudio Araújo

Reportagens: Bruna Marques, Carola Ribeiro, Demétrius Crispim, Diane Lourenço e Renan Bortoletto
Liderança do PSD na Câmara dos Deputados - Anexo II
Assessoria de Imprensa - Sala 150B - Fone: 3215-9073

 @psdcamara

 PSD Câmara



Acompanhe as matérias de áudio e vídeo no nosso site:
www.psdcamara.org.br